



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpelação Escrita

A Lei que regula a dádiva, a colheita e a transplantação de órgãos e tecidos de origem humana foi promulgada em 1996, está em vigor há mais de 20 anos, mas não se registaram avanços concretos no âmbito do *hardware*, das técnicas médicas e da aceitação da sociedade em relação à transplantação de órgãos. Só no final do ano de 2016 é que Macau, com o apoio de instituições médicas do Interior da China, concluiu o primeiro transplante renal em vida, acarretando esperança para muitos pacientes que necessitam urgentemente de transplantes.

A transplantação e a doação de órgãos revestem-se de alguma complexidade, uma vez que implicam questões diversas, nomeadamente relacionadas com a legislação, a medicina e a ética. Para além da revisão da lei em conformidade com as necessidades do desenvolvimento social, da formação de pessoal e de equipas, e da criação de um regime de espera, emparelhamento e transporte de órgãos, o estabelecimento de um sistema de doação e transplantação de órgãos perfeito exige também muito tempo e muitos recursos humanos e logísticos.

Nas LAG para 2018, o Governo refere que em 2017 continuou com o envio de profissionais de saúde ao Interior da China para receberem formação em transplantes de órgãos, bem como procedeu à elaboração dos respectivos diplomas legais e à criação de um grupo de trabalho de promoção de doação de órgãos, impulsionando de forma ordenada os trabalhos neste âmbito.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

1. Quais foram os resultados da referida formação dos nossos profissionais de saúde? Quando é que é possível criar uma equipa médica local para a realização de transplantes de órgãos? Até à criação desta equipa, como é que o Governo vai ajudar a concretização dos desejos quer dos pacientes que necessitam de transplantes, quer dos residentes que têm vontade de doar órgãos?
2. Tendo em conta que a sociedade não tem conhecimentos suficientes sobre a transplantação de órgãos e o respectivo nível de aceitação não é elevado, de que medidas concretas dispõe o referido grupo de trabalho para desenvolver acções de divulgação específicas destinadas a grupos específicos de pessoas?
3. As despesas com a transplantação de órgãos são elevadas, portanto, o Governo deve tomar como referência a prática adoptada em relação ao tratamento de tumores, revendo a lei para incluir este tipo de cirurgia no âmbito dos tratamentos gratuitos, no sentido de apoiar os pacientes no prolongamento das suas vidas. Vai fazê-lo?

22 de Março de 2018

**A Deputada à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau,  
Leong On Kei**